



OS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: A DISTÂNCIA ENTRE A “PALAVRA E A COISA”

Márcia S. Lemos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: marcia.lemos@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

2393

Os estudos sistemáticos sobre as mulheres surgiram a partir dos movimentos reivindicatórios e não do “natural” interesse da academia pela “espécie feminina”. Muito se discutiu acerca da passividade da mulher diante das opressões ou sua capacidade de reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Era uma história sobre as mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas, enfermas, rebeldes ou consideradas extraordinárias sob a visão masculina dominante.

Na década de 1970, a categoria mulher foi problematizada pelo *Black feminism*. Angela Davis (2016) e Lélia Gonzales (1984), entre outras, combateram a ideia da mulher enquanto um sujeito universal. Por meio dos seus estudos chamaram a atenção para a condição de vida das negras, pobres e desterritorializadas que tinham demandas bem distintas das burguesas. A categoria “mulher” saiu do singular e foi para o plural. Já o debate sobre gênero, colocado de forma mais sistemática a partir da década de 1980, indicava a rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero tornou-se, inclusive, uma maneira de tratar das construções sociais sobre os papéis designados para homens e mulheres, buscava-se superar o binarismo, masculino versus feminino.

No século XXI, a categoria gênero não é unânime entre as estudiosas do tema. Para pesquisadoras como Mirla Cisne (2015, p. 85-87), o gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens e acabou, mais uma vez, por estimular pesquisas que não privilegiam as mulheres enquanto sujeitas do processo histórico. “Enfatiza as relações de poder em detrimento da busca das determinações da dominação-exploração”. Daí a alternativa pela categoria “mulheres”, no plural, da qual partilhamos, sem, contudo, desprezar o “gênero” como uma ferramenta de análise, conforme o objeto, ou aliar as duas.

Realização:



Apoio:



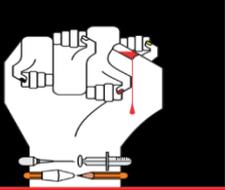


Há que destacar os muitos óbices enfrentados pelas pesquisadoras e pesquisadores para desenvolver estudos qualificados sobre as mulheres. É preciso considerar que por milênios a produção do conhecimento foi domínio exclusivo dos homens. A natureza dos registros oficiais, a negação das mulheres nos espaços de luta, a misoginia e o machismo gramatical são alguns dos aspectos que explicam o apagamento das figuras femininas. Onde elas aparecem, de modo geral, são disforizadas. As restrições ao letramento e aos espaços públicos também contribuíram para a formulação de um silêncio ensurdecedor sobre aquelas que sempre estiveram presentes na reprodução social da vida.

A natureza dos registros sobre as mulheres ajuda a compreender como eram descritas nos primeiros estudos que tratam do tema. Nos arquivos públicos sua presença era reduzida. Falava-se das mulheres, sobretudo, quando estavam associadas a um homem público ou quando perturbavam a ordem pública, destacando-se, nesse caso, os documentos policiais, aliados aos processos criminais. Estes se constituem numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino da classe proletária, inclusive através dos seus próprios depoimentos. Também os jornais não devem ser esquecidos (PERROT, 2008). Enfim, as mulheres eram encontradas nos registros dos locais onde eram abandonadas e encarceradas, em muitos casos ainda são, hospícios, orfanatos, conventos e sistema prisional.

Ciribelli (1995) destaca que a experiência histórica é o resultado da atuação conjunta, na sociedade, de seres sociais que a constituem e que nela vivem. A historiografia, ao esquecer metade da humanidade com suas vivências, sentimentos e trabalho, o caráter da relação entre os grupos formados por homens e mulheres e sua representação em cada sociedade considerada, condiciona o conhecimento a uma História incompleta, limitada, mutilada, sexista e parcial.

Ainda hoje, a epistemologia feminista é colocada num lugar menor no âmbito da produção científica, evidenciando a distância entre a “palavra e a coisa”, entre a teoria e a práxis no espaço acadêmico. Compreendendo que não podemos negar um conceito simplesmente porque ele não é decorrente da “cultura histórica” investigada, esta pesquisa apresenta uma análise da epistemologia feminista contemporânea e suas contribuições, em específico no que se refere à Teoria da Reprodução Social (TRS), para os estudos sobre as mulheres. O objetivo é discutir as controvérsias que envolvem o desenvolvimento da TRS e seu emprego como instrumento de análise de sociedades complexas, historicamente determinadas.

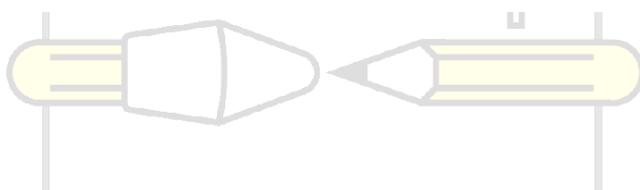


METODOLOGIA

A partir das provocações impostas pela realidade, observa-se que os estudos sobre as mulheres conquistaram importante espaço no meio acadêmico no final do século XX e se consolidaram como campo de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. É importante lembrar que tais estudos foram motivados pela atuação de grupos independentes e organizações políticas que se mobilizaram em torno das pautas dos movimentos feministas nas suas mais distintas correntes. No debate sobre gênero e feminismo, no entanto, predominava uma perspectiva de análise que abandonava a ideia da totalidade concreta e não incorporava, por exemplo, nas pesquisas contemporâneas, as relações entre capital e trabalho matizadas pela problemática teórica das classes sociais. Esta realidade vem sendo modificada e chamou nossa atenção para a produção de um conhecimento mais amplo sobre o objeto, a partir de situações que mediam as relações humanas nas sociedades. Nesta linha, nos propomos a desenvolver uma análise teórico-crítica sobre a epistemologia feminista contemporânea, mediada pelo Materialismo Histórico e Dialético.

Três preocupações básicas orientam esta pesquisa, todas na mesma ordem de importância. Em primeiro lugar, relacionar o método com a necessidade de um tratamento mais rico do objeto científico, procurando apreendê-lo de forma complexa e totalizante, com o maior número de determinações possíveis. Em segundo lugar, observar as contribuições de áreas distintas do saber e estabelecer uma relação transversal entre esses campos, com base nas exigências do objeto de pesquisa. Por fim, impõe-se a preocupação fundamental de produzir um conhecimento científico socialmente referenciado.

A partir do método estabelecido, as formulações sobre da Teoria da Reprodução Social foram selecionadas e analisadas (VOGEL, 2013); (BHATTACHARYA, 2017); (FEDERICI, 2019); (FERGUNSON, 2017); (FRASER, 2017); (ARRUZA, 2017), entre outras autoras. Destacamos os eixos comuns, controvérsias, diferenças e categorias centrais, tanto quanto as contribuições específicas para o estudo de realidades sociais complexas.



2395

Realização:



Apoio:





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em que pese a importante produção das mulheres revolucionárias de 1917 sobre a necessidade da emancipação feminina na sociedade russa, entre elas a Alexandra Kollontai; as elaborações de August Bebel sobre a especificidade do processo de exploração ao qual as mulheres estavam submetidas; as publicações de Lenin e as preocupações enunciadas por Friedrich Engels e Karl Marx com o patriarcado, a “escravidão das mulheres” e o modelo de família nuclear; as reflexões de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo na Alemanha e de Ana Montenegro no Brasil; não se pode afirmar que a historiografia Marxista, até a primeira metade do século XX, tenha se ocupado da temática.

A *Escola dos Annales*, mesmo com os avanços na concepção de fonte e objeto, nas abordagens e metodologias, também não conseguiu tratar do tema de forma aprofundada. A partir da chamada História das Mentalidades, das novas orientações dos Estudos Demográficos, da Micro-História e da História Cultural foi possível ampliar as perspectivas de estudo e colocar em debate realidades que ainda precisavam ser pesquisadas de forma acurada. Contudo, as mulheres continuaram a ser pensadas de modo binário e não como seres sociais. As pesquisas antropológicas que tratam da divisão sexual do trabalho nas sociedades humanas favoreceram o estudo das relações sociais de sexo e forneceu bases que permitiram discutir temas até então desconsiderados por historiadores e historiadoras.

Consideradas as duas principais correntes historiográficas do século XX e os estudos mais recentes sobre a temática, concluímos que a interlocução com a epistemologia feminista ainda é muito limitada e expressa uma hierarquia distintiva do sociometabolismo do capital no meio acadêmico. Também observamos que a Teoria da Reprodução Social, nas suas distintas matizes, tem produzido uma síntese sobre opressão-dominação-exploração das mulheres, marcada pela interação dialética entre a reprodução material da vida e seus aspectos ideológicos, resultando em formulações recentes sobre uma Teoria Unitária.

2396



CONCLUSÕES

No século XXI, destacamos tanto o trabalho das pesquisadoras pós-modernas quanto das marxistas. Em que pese a pós-modernidade não constituir um campo teórico e ideopolítico homogêneo, segundo Neto (2010), existe um denominador comum entre as teorias pós-modernas que passa pela recusa da categoria totalidade, semiologização da realidade e fragmentação do objeto de pesquisa. No sentido inverso, as marxistas, com distintas abordagens, partem do Materialismo Histórico e Dialético para estudar não os particularismos identitários dissociados das realidades concretas que os produziram, mas para formular uma teoria unitária que permite compreender as mulheres enquanto sujeitas sociais, considerando os processos históricos de racialização, generificação, desterritorialização e desigualdade de classes como um amálgama complexo e imbricado na reprodução social da vida.

2397

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Epistemologia feminista. Teoria da Reprodução Social.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. Outubro Revista, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: Acesso em: 30 março. 2017.

ARRUZZA. C; BHATTACHARYA, T; FRASER. N. *Feminismo para os 99% um Manifesto*. Boitempo, São Paulo, 2019.

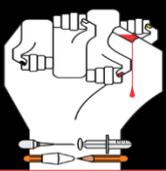
BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

CIRIBELLI, M. C. Reflexões sobre a história da mulher em Roma. PHÔINIX, Rio de Janeiro, 1: 137-146, 1995.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: outras expressões, 2015.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.



FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. "Capital, força de trabalho e relações de gênero". In Revista Outubro, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

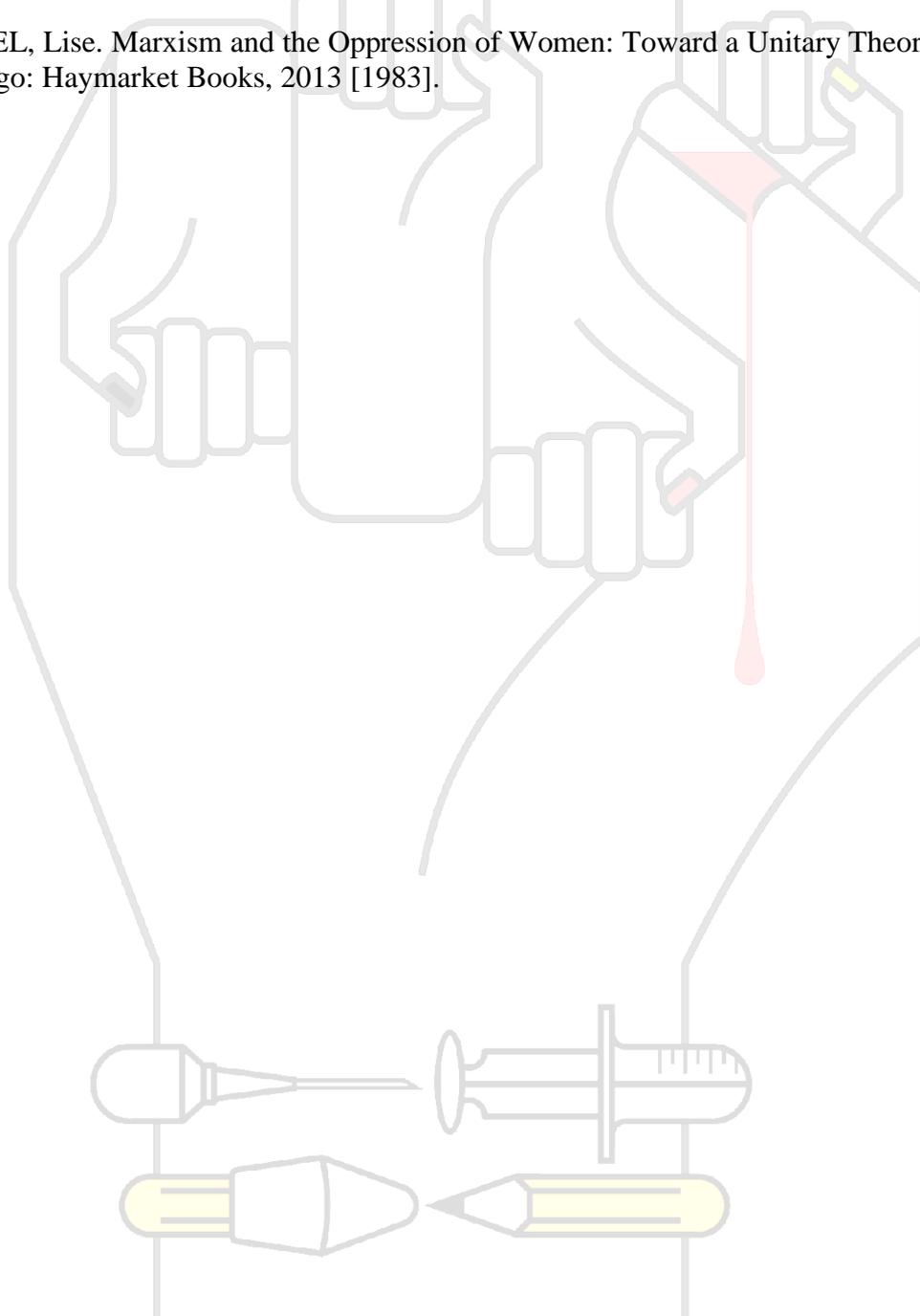
FRASER, Nancy. "Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism". In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. Londres: Pluto Press, 2017.

LÉLIA GONZALES. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

NETO, J. P. *Posfácio*. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 233-286.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

2398



Realização:



Apoio:

